

**Formação política de ativistas e militantes nas Jornadas de
2013: experiências e subjetivação política**

***Political formation of activists and party-affiliated activists in the
2013 protests: experiences and political subjectivation***

***Formación política de activistas y militantes durante las Jornadas
de 2013: experiencias y subjetivación política***

Grosso, Luís Antonio ⁽ⁱ⁾

Silva, Josefa Alexandrina ⁽ⁱⁱ⁾

Borges, Livia Furtado ⁽ⁱⁱⁱ⁾

Sigiani, Emanoely Ladeira ^(iv)

Silva, Gislene da ^(v)

Silva, José Daniel Coutinho ^(vi)

Vianna, Joana Marins ^(vii)

Carvalho, Fernanda Milan de ^(viii)

Santos, Mariana Calvi dos ^(ix)

⁽ⁱ⁾ Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL, Departamento de Ciências Humanas, Alfenas, MG, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-0143-5167>, luiz.grosso@unifal-mg.edu.br.

⁽ⁱⁱ⁾ Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Educação – FEUSP, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-2662-2938>, sociologiaprof@gmail.com.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Centro de Educação e Ciências Humanas – CECH, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, São Carlos, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-6691-0507>, liviafb@estudante.ufscar.br.

^(iv) Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, Alfenas, MG, Brasil. <https://orcid.org/0009-0000-5385-5510>, emanoely.sigiani@sou.unifal-mg.edu.br.

^(v) Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Centro de Educação e Ciências Humanas – CECH, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, São Carlos, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-2581-9675>, gislene.silva@estudante.ufscar.br.

^(vi) Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, Programa de Pós-Graduação em Educação, Alfenas, MG, Brasil. <https://orcid.org/0009-0001-6858-8096>, jose.coutinho@sou.unifal-mg.edu.br.

(vii) Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, Departamento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Campanha, MG, Brasil. <https://orcid.org/0009-0008-0250-1155>, jmv.marins@gmail.com.

(viii) Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL, Programa de Pós-Graduação em Educação, Alfenas, MG, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-7146-6196>, fernanda.milan@sou.unifal-mg.edu.br.

(ix) Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL, Departamento de Ciências Humanas, Alfenas, MG, Brasil. <https://orcid.org/0009-0005-5633-1073>, mariana.calvi@sou.unifal-mg.edu.br.

Resumo

Este artigo analisa os sentidos atribuídos por militantes e ativistas às suas experiências nas Jornadas de 2013 no Brasil e como elas impactaram suas formações políticas. Com base na perspectiva de Jacques Rancière, investiga-se como essas vivências expressam a política como dissenso e processos de subjetivação política. A metodologia baseia-se em entrevistas semiestruturadas com 37 participantes de sete estados. Os resultados indicam que as ações coletivas de 2013 revelam a potência e a profundidade do movimento, marcando seus participantes apesar da repressão. Contudo, a diversidade de pautas e a ambiguidade ideológica levam parte das pessoas entrevistadas a relativizar a importância histórica de 2013, influenciada pelos desdobramentos políticos a partir de 2016.

Palavras-chave: jornadas de 2013, formação política, subjetivação política, ativismo, militância, experiências.

Abstract

This article analyzes the meanings attributed by party-affiliated activists and activists to their experiences during the 2013 protests in Brazil, and how these experiences impacted their political formation. Based on Jacques Rancière's perspective, it investigates how these lived experiences express politics as disagreement and processes of political subjectivation. The methodology is based on semistructured interviews with 37 participants from seven states. The results indicate that the collective actions of 2013 reveal the movement's power and depth, leaving a mark on its participants despite the repression. However, the diversity of demands and ideological ambiguity lead some of the interviewees to contextualize the historical importance of 2013, an assessment influenced by the political developments that followed from 2016 onward.

Keywords: 2013 protests, political formation, political subjectivation, activism, party activism, experiences.

Resumen

Este artículo analiza los significados atribuidos por los militantes y activistas a sus experiencias en las Jornadas de 2013 en Brasil y cómo estas impactaron en sus formaciones políticas. Desde la perspectiva del Jacques Rancière, se explora cómo estas vivencias expresan la política como desacuerdo y procesos de subjetivación política. La metodología se basa en entrevistas semiestructuradas con 37 participantes de siete estados. Los resultados indican que las acciones colectivas de 2013 revelan la potencia y profundidad del movimiento, marcando a sus participantes a pesar de la represión. Con todo, la diversidad de pautas y la ambigüedad ideológica hacen que las personas entrevistadas relativicen la importancia histórica de 2013, influenciada los desarrollos políticos a partir de 2016.

Palabras clave: jornadas de 2013, formación política, subjetivación política, activismo, militancia, experiencias.

Introdução

Este artigo tem como tema a formação política de ativistas e militantes nas Jornadas de 2013, com o objetivo de interpretar os significados atribuídos por esses sujeitos às experiências vivenciadas durante esse contexto e como elas impactaram a sua formação política – entendida como uma combinação entre processos de socialização política (realizada por família, escola e outras instituições) e de subjetivação política. As Jornadas de 2013 no Brasil inserem-se no ciclo global de protestos que marcaram a década de 2010 – as chamadas “revoltas das praças”, conforme denomina Gerbaudo (2017). Esse ciclo teve como pano de fundo a crise econômica iniciada em 2008 e a consequente crise de legitimidade dos sistemas políticos, agravada pela incapacidade dos governos em responder de forma satisfatória aos impactos sociais da crise.

Entre os principais movimentos que compõem esse cenário internacional, destacam-se: a Primavera Árabe (Tunísia, 2010), a Geração à Rasca (Portugal, 2011), o movimento dos Indignados (Espanha, 2011), o Occupy Wall Street (Estados Unidos, 2011), o Nuit Debout (França, 2016), o Estallido Social (Chile, 2019) e, no Brasil, as Jornadas de 2013. No caso brasileiro, as manifestações tiveram como estopim a questão urbana, especialmente o aumento das tarifas do transporte público e os impactos das obras para os megaeventos esportivos – como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. Esses temas pautaram a atuação do Movimento Passe Livre (MPL) desde 2004 e motivaram a criação dos Comitês Populares da Copa (CPC) a partir de 2010 (Dowbor & Szwako, 2013).

A metodologia da pesquisa envolveu, em um primeiro momento, uma revisão bibliográfica de 144 trabalhos acadêmicos (artigos, livros, capítulos, dissertações e teses) que abordavam dimensões educacionais das Jornadas: participação juvenil, influências escolares, formação política, uso das redes sociais e os sentidos atribuídos pelos sujeitos envolvidos. Constatando-se a escassez de estudos que tratassem diretamente desses aspectos educacionais, foram realizadas 18 entrevistas com pesquisadoras e pesquisadores das Ciências Humanas com produção relevante sobre o tema, a fim de aprofundar hipóteses surgidas na revisão.

A terceira etapa da investigação, foco deste artigo, consistiu na realização de 37 entrevistas semiestruturadas com pessoas que, à época, atuavam como militantes e ativistas em organizações, movimentos e coletivos de caráter progressista que convocaram ou participaram ativamente das manifestações de 2013. Com base na concepção de política como dissenso proposta por Jacques Rancière (1996), parte-se da ideia de que as Jornadas podem ser compreendidas como momento de irrupção da subjetivação política.

A questão que orienta este estudo é: até que ponto as experiências de ativistas e militantes nas Jornadas, em sua maioria jovens, permitem descrever as Jornadas como momento da política como dissenso e como processo de produção de subjetivação política? Essa questão implica pensar o quanto as experiências vividas neste ciclo de protesto impactaram suas formações políticas e, conseqüentemente, suas trajetórias sociais. O recrutamento das pessoas entrevistadas se deu a partir das redes de contato acadêmicas e políticas estabelecidas pela equipe de pesquisa, que contou com a colaboração de pesquisadoras e pesquisadores de diversos estados. As entrevistas foram realizadas entre 2023 e 2024, com participantes de 7 estados brasileiros: Rio Grande do Sul (RS), São Paulo (SP), Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ), Ceará (CE), Goiás (GO) e Pará (PA).

Metodologia

A prioridade das entrevistas era contemplar jovens que eram estudantes em 2013. Contudo, ao longo do percurso da pesquisa e das viagens realizadas, estabelecemos contato com pessoas que já eram adultas durante as Jornadas e demonstraram disponibilidade de participar. Diante da relevância da atuação desses sujeitos nas manifestações, optamos por incluí-los, de modo a proporcionar um olhar intergeracional na pesquisa e permitir a comparação de experiências distintas conforme as categorias etárias de pertencimento.

Os critérios de seleção das pessoas convidadas para as entrevistas eram: a atuação como ativistas, militantes, independentes ou apoiadoras de coletivos, organizações e movimentos que estiveram presentes na preparação e na convocação dos primeiros atos das Jornadas de 2013. Nesse sentido, foram recrutadas pessoas do espectro progressista, informadas por repertórios autonomista e socialista de contestação, repertórios que também orientaram coletivos e organizações que estruturaram os atos iniciais das Jornadas. A presença de organizações, pessoas e pautas do espectro ideológico liberal e conservador, maior a partir da massificação dos atos na segunda metade de junho de 2013, é abordada apenas do ponto de vista destas que entrevistamos, do espectro progressista.

Para a criação deste artigo, foi formado um Grupo de Trabalho (GT), composto de autoras e autores do artigo que analisaram os temas descritos a seguir, com base em algumas das questões cruciais do nosso roteiro de entrevistas:

- *Motivação: Questão disparadora* (“O que te levou a participar das Jornadas de 2013?”);
- *A experiência de participação nas Jornadas, com as perguntas:*
 - 6 – Como foi a sua forma de participação nas Jornadas?
 - 7 – O que significou para você, então, em 2013, esta participação? Esse significado mudou com o tempo para você?
 - 13 – Quais foram as principais dificuldades que você e o coletivo ou a organização em que atuou enfrentaram durante as Jornadas?
 - 14 – Vocês enfrentaram a repressão policial durante as Jornadas? Comente.
 - 17 – Você avalia que o movimento foi vitorioso onde você atuou? Por quê?
 - 21 – Defina, em uma palavra, o que as Jornadas representaram para você.

A primeira etapa da análise envolveu o tratamento dos dados, ou seja, a seleção de informações e trechos de relatos considerados mais relevantes, organizados em quadros, tabelas e listas. Cada integrante do GT ficou responsável pelo tratamento de uma ou mais questões, e os resultados foram discutidos e revisados coletivamente em reuniões do grupo, com a orientação de membros mais experientes. Em um segundo momento, os mesmos integrantes que realizaram o tratamento inicial procederam com a primeira análise dos dados, aprofundando as interpretações por meio das categorias temáticas propostas.

Subjetivação política

A pesquisa observou diversos processos formativos que contribuem para a formação política dos sujeitos, entre eles os coletivos juvenis, os movimentos sociais e a participação em protestos. Para pensar a formação política, o estudo adota uma concepção de educação que inclui a escola, a educação informal e a educação não formal (Trilla, 2008; Groppo et al., 2020). Tais processos abarcam diferentes momentos da vida, embora o campo da socialização política tenda a privilegiar as instituições mais destacadas da educação formal e informal, como a família e a escola.

Formação política é um conceito amplo destinado à observação e ao conhecimento de diferentes processos formativos vividos pelas pessoas, que implicam a constituição de suas concepções a respeito de política, bem como diferentes valores, concepções, habilidades e práticas que as inserem – de inúmeras formas – no campo da política, entendida não apenas como as instituições formais, mas também como o campo dos movimentos sociais e dos protestos (Groppo et al. 2020).

Os estudos sobre socialização política evidenciam a importância de processos cumulativos que constituem ideias, valores e hábitos considerados imprescindíveis pelas instituições políticas para a atuação na vida pública (Tomizaki, Carvalho-Silva & Silva, 2016). Esses estudos também têm considerado outras instâncias de socialização, como os movimentos sociais, que possibilitam o acesso a formas alternativas de percepção da realidade social e política. Rosa (2015), sobre o Bloco de Lutas em Porto Alegre, e Haddad (2016), sobre Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL-SP), demonstram que a noção de socialização política contribui para compreender a influência da participação em manifestações na formação política dos sujeitos.

Sem desconsiderar a importância desses processos cumulativos, o conceito de subjetivação política nos ajuda a conceber que a participação em ações coletivas implica uma ruptura nos processos lineares de socialização política. Segundo Rancière (1996), a subjetivação política emerge durante a política como desentendimento, momento em que os sujeitos desafiam a ordem social estabelecida e seus pressupostos sobre desigualdades naturais ou adquiridas entre as pessoas.

A política como desentendimento exerce impacto profundo e radical nas subjetividades de quem a protagoniza, colocando essas pessoas numa posição questionadora acerca de quem

detém ou não direito à fala e à ação política. Ao se fazerem vistos e ouvidos, os sujeitos vivenciam um processo de desidentificação em relação aos papéis subalternizados, produzindo um abalo na ordem social e institucional. O ato político provoca o dissenso e revela a igualdade política entre as pessoas, construindo sujeitos políticos por meio de ações contestadoras realizadas por quem tinha recebido até então o rótulo de incapaz de atuar politicamente. A política do desentendimento propicia às pessoas a quem este espaço era negado uma experiência singular de participação política, constituindo-as como sujeitos sociais e políticos (Reguillo, 2017).

Para Rancière (2016), a política como desentendimento dispara processos de subjetivação política, ou seja, constitui “sujeitos políticos” em sua afirmação radical da igualdade. A noção de “povo”, oriunda das rebeliões da massa plebeia na Roma antiga, assim como de “proletariado” desde os movimentos operários do século XIX, são exemplos dados por Rancière. Acrescentamos outros exemplos, como o movimento feminista no século XX, o movimento negro dos direitos civis nos anos 1950 e 1960 nos Estados Unidos e o movimento das ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016. Em todos eles, a constituição de sujeitos políticos se dá a partir da ressignificação de identidades sociais excludentes, que vem a se tornar o signo da igualdade política, reunindo em torno dele não apenas quem portava essa identidade, mas também apoiadoras e apoiadores: povo, proletariado, mulheres, pessoas negras, adolescentes e estudantes do Ensino Médio (que se transfiguram em “secundas”):

Toda subjetivação é uma desidentificação, o arrancar à naturalidade de um lugar, a abertura de um espaço de sujeito onde qualquer um pode contar-se porque é o espaço de uma contagem dos incontados, do relacionamento entre uma parcela e uma ausência de parcela (Rancière, 1996b, p. 48).

Trazida da filosofia política para a sociologia, o conceito de subjetivação política de Rancière, para além de descrever a constituição de sujeitos políticos como coletivos ou “comunidades dos iguais” (Rancière, 2010), pode permitir a compreensão dos impactos pessoais, vividos por pessoas singulares e que compõem esses coletivos no tempo da política como desentendimento, em especial quando essas pessoas vivem suas juventudes, momento crucial de sua constituição como seres sociais e políticos (Mannheim, 1982). Pode permitir tal compreensão de duas formas. Primeiro, o conhecimento dos significados atribuídos por jovens a experiências excepcionais durante movimentos sociais e ciclos de protesto, experiências que

podem redefinir trajetórias que vinham sendo delineadas por processos acumulativos de socialização. Conforme Rancière,

Por subjetivação vamos entender a produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação portanto caminha a par com a reconfiguração do campo da experiência” (Rancière, 1996, p. 47).

Segundo, porque permitem interpretar o quanto as trajetórias mais ou menos predeterminadas pelo pertencimento social da pessoa (classe, gênero e raça, entre outros fatores) são ou podem ser abaladas, relativizadas, deslocadas ou completamente reviradas por experiências políticas excepcionais – as do tempo da política como desentendimento. Ou seja, o quanto as experiências propiciadas pela subjetivação política, de caráter contingente, podem vir a reorientar os itinerários mais ou menos previstos pelos processos cumulativos de socialização política.

O ano de 2013 foi um ciclo de protestos que constituiu um momento de dissenso e de subjetivação política, apesar da complexidade das Jornadas, marcadas pela diversidade de grupos sociais, pautas e ideologias que, em especial durante os grandes atos do final de junho, se mostraram contraditórias entre si (Groppo et al., 2023). As análises e interpretações desenvolvidas neste artigo buscam demonstrar como se deram as experiências políticas dessas pessoas e os significados que atribuíram ao ano de 2013. Nesse sentido, são fundamentais neste artigo as categorias de análise oriundas do conceito de subjetivação política de Rancière: a política do desentendimento, os instrumentos de garantia da igualdade de fala e ação, a formação de coletividades, a desidentificação, a reidentificação e as influências nas trajetórias são fundamentais para a interpretação dessas experiências no contexto dos ciclos de protestos.

Pesquisa bibliográfica realizada na primeira fase da pesquisa encontrou diversos trabalhos que abordam os processos de formação política propiciados pelas Jornadas, especialmente a jovens, analisados em Groppo et al. (2023). Apenas um produto fazia uso do conceito de subjetivação política de Rancière (Portugal, 2016), cuja ênfase é a interpretação das Jornadas como um momento da política como “desentendimento”, indo ao encontro de nossa própria interpretação.

Há outros trabalhos que fazem uso da noção de subjetivação política, por meio de perspectivas pós-estruturalistas, com base em Deleuze e Foucault. Destaca-se, entre esses,

Mendonça (2017) e o profícuo diálogo teórico que antecede sua análise de entrevistas de ativistas e militantes nas Jornadas de Belo Horizonte, a respeito do esforço dessas pessoas encontrarem lugar e darem sentido a manifestações multitudinárias de caráter ambíguo e polivalente. Nosso trabalho se diferencia do de Mendonça (2017) por se basear em entrevistas feitas 10 ou 11 anos depois, portanto ainda mais ressignificadas pelo trabalho da memória e as influências da história política pregressa de nosso país. Apesar dessas entrevistas não negarem a ambiguidade das Jornadas, mesmo diante da deriva conservadora e da ascensão da extrema-direita nos anos seguintes, tendem a fazer uma leitura bastante otimista e progressista dos sentidos do ciclo de protestos de 2013.

Caracterização de ativistas e militantes e a subjetivação política

A pesquisa entrevistou 37 pessoas, que, em 2013, atuavam como ativistas e militantes de organizações e movimentos envolvidos naquele ciclo de protestos, distribuídas em sete estados brasileiros: Pará (3), Ceará (4), Goiás (5), Rio Grande do Sul (6), Minas Gerais (6), Rio de Janeiro (7) e São Paulo (6). Dentre essas 37 pessoas, 10 eram adultas à época e 27 eram jovens (com idades entre 16 e 29 anos), o que possibilitou uma análise comparativa intergeracional das experiências nos protestos.

Quanto à identidade de gênero, entre os participantes que se autodeclararam do gênero masculino, 16 eram jovens e 3 adultos; do gênero feminino, 12 eram jovens e 6 adultas; e houve uma pessoa adulta não binária. No que se refere à orientação sexual, 7 jovens se declararam bissexuais; 17 jovens e 9 pessoas adultas, heterossexuais; 1 jovem, pansexual; e 1 pessoa adulta, não binário.

A forma de atuação dos sujeitos que participaram dos protestos, em 2013, revela diferentes vínculos com organizações políticas e sociais. Entre as pessoas entrevistadas, 17 eram militantes, isto é, participantes de juventudes partidárias, partidos políticos e entidades estudantis – incluindo grêmios escolares da Educação Básica –, organizações com repertório de contestação vinculado à tradição socialista. A Tabela 1 traz a descrição de militantes e suas organizações.

Tabela 1

Militantes durante as Jornadas de 2013 que concederam entrevista

Organização em 2013	Pseudônimo	n.
Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	Amiel/CE, Conceição/PA, Dandara/SP, Emanuel/MG, Luís Gama/RJ, Rosa/SP, Santiago/CE e Tales/CE	8
União da Juventude Socialista (UJS)	Honestino/GO, Jorge/PA e Márcia/RS	3
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)	André Rebouças/RS e Joana/MG	2
União da Juventude Revolucionária (UJR)	Wanda/PA	1
Partido dos Trabalhadores (PT)	Marcos/MG	1
Levante Popular da Juventude (LPJ)	Karine/RS	1
Movimento sindical e estudantil	Hugo de Leon/RS	1
Total		17

Fonte: Pesquisa Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013.

Ativistas, por sua vez, apresentaram formas mais diversas de engajamento. 11 participantes eram autonomistas, por sua ligação a coletivos e movimentos com repertórios inspirados no autonomismo e no anarquismo. A descrição dos(as) autonomistas e seus vínculos estão na seguinte lista:

1. André Martins/SP: Com um amigo no Facebook, criou o evento Pula Catraca, que deu origem ao coletivo de mesmo nome.
2. Antônio/GO: Ativista da Frente de Lutas pelo Transporte (Frente de Lutas) de Goiânia.
3. Carlos/GO: Ativista da Frente de Lutas.
4. Chiquinha Gonzaga/RS: Atuou em movimento estudantil independente.
5. Emílio/SP: Ativista do Movimento Passe Livre – São Paulo (MPL-SP).
6. Juliana/SP: Por meio da cobertura dos atos, engajou-se na Ocupa Alckmin.
7. Luan/MG: Anarquista. Atuou junto ao Coletivo Mineiro Popular.
8. Lucimar/RJ: Manifestante nas Jornadas e na greve de docentes. Ativista da “Greve dos Garis” em março de 2014.
9. Luis/SP: Ativista do MPL-SP.

10. Pedro/MG: Ativista da Assembleia Popular Horizontal (APH) e do Comitê Popular dos atingidos pela Copa do Mundo (COPAC) em Belo Horizonte.
11. Zumbi dos Palmares – RJ: Liderança da “Greve dos Garis” em março de 2014.

Já as e ativistas independentes, cinco no total, eram pessoas sem vínculo formal com organizações, mas que participaram ativamente dos atos. Estão descritas na lista abaixo:

1. Artemis/RS: Atuou nas Jornadas a partir de sua proximidade com o movimento estudantil.
2. Irma/MG: Atuou por meio do movimento estudantil e de sua proximidade com o Levante Popular da Juventude (LPJ).
3. Marta/RJ: Apoiadora do coletivo Redes e Ruas.
4. Samantha/RJ: Atuou como midiativista nas transmissões ao vivo das Jornadas.
5. Teresa/GO: Participou de atos de brasileiras e brasileiros na Austrália em apoio às Jornadas.

Entre ativistas, enfim, duas pessoas estavam inseridas em movimentos territoriais: Carolina Maria/RJ, que lutava contra a repressão policial nas comunidades; e Rita/CE, que se mobilizava contra obras para a Copa do Mundo que ameaçavam remover a população de seu bairro. Outras duas participantes foram classificadas como apoiadoras, atuando na defesa dos direitos de manifestantes: Jota/GO, por meio do Centro de Direitos Humanos de Goiânia, e Patrícia/RJ, integrante de uma rede de advogados e advogadas.

A análise das respostas dadas às questões do roteiro selecionadas para este artigo visa conhecer as experiências dos participantes nas Jornadas de 2013, abrangendo tanto a dimensão coletiva quanto a subjetiva de atuação política.

Iniciamos a análise tratando do que, no roteiro, é na verdade a última questão, a 21: “Defina as Jornadas em uma palavra”. Na busca por indícios da subjetivação política, foi criada uma nuvem de palavras, apresentada na Figura 1. Das 37 pessoas entrevistadas, duas citaram duas palavras; outras duas, expressões. Apenas uma pessoa não respondeu (André Rebouças/RS).

Figura 1

Nuvem de palavras a partir da resposta à questão: “Defina as Jornadas em uma palavra”



Fonte: Pesquisa Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013.

A palavra “esperança” foi a única a se repetir (quatro vezes). Palavras como “possível e possibilidade” apresentam proximidade tanto nos significantes quanto nos significados, assim como os pares “mobilização” e “movimentação”. Em sua maioria, as palavras e expressões têm conotação positiva. Elas abordam principalmente emoções, sentimentos e qualidades atribuídas pelos participantes à experiência vivida: além de esperança, foram citadas: coragem, inspiração, persistência, reflexão, resiliência e vivo. Também fazem descrições dos protestos: desenvolvimento, experiência, foda, insurreição, intensidade, luta, organização política, resistência, revolta e ruptura. Em três casos, os termos remetem às consequências de 2013, como abertura, aprendizado, amadurecimento e a luta não acabou.

As palavras com conotação ambígua ou negativa são minoria, mas relevantes, pois indicam a complexidade das Jornadas; elas descrevem 2013 com os termos: caótica, complexo, confusão, contradição, encruzilhada, explosão e perigosa. No caso de “exaustão”, ele pode se referir tanto às consequências do ciclo quanto às emoções vivenciadas após os eventos.

A nuvem de palavras revela que as Jornadas foram vivenciadas, pela maioria das e dos participantes da pesquisa, como uma ruptura significativa da “normalidade” política institucional – desafiando os poderes da “polícia”, nos termos de Rancière (1996) – e como uma experiência de subjetivação política, expressa nas emoções e nos sentimentos mobilizados pela memória

dos eventos. Por outro lado, os termos remetem à ambiguidade, à complexidade e até aos aspectos negativos de 2013, apontando para outras dimensões a serem consideradas quando se faz a caracterização do ciclo como uma possível vivência da política como desentendimento e sua potência de gerar processos de subjetivação política.

De toda forma, tal como revela Emílio/SP, na expressão escolhida – “A insustentável leveza do ser” –, as Jornadas tiveram, para ele e para várias outras pessoas entrevistadas, um efeito semelhante ao da Primavera de Praga e da “normalização” imposta pela União Soviética às personagens do romance de Milan Kundera: “vidas atropeladas” (Emílio, SP).

Motivações e significados de 2013

Para compreender as motivações das e dos participantes, foi analisada a seguinte questão: “O que te levou a participar das Jornadas de 2013?”. Como mencionado na introdução deste artigo, as pessoas entrevistadas tinham alguma trajetória política, ainda que estivessem apenas iniciando sua atuação em partidos políticos, juventudes partidárias, organizações, coletivos, grêmios estudantis e/ou movimentos sociais. Das 37 pessoas, 25 atribuíram sua motivação à trajetória política, especialmente à militância em partidos e juventudes partidárias (15), em movimentos sociais e estudantis (6), grêmios estudantis (2) e em manifestações anteriores (1). Essas experiências políticas foram relevantes para orientar sua participação nas Jornadas, fazendo com que 2013 também se configurasse como um encontro de lutas e uma constelação de organizações e repertórios.

Diversas pautas também motivaram a participação desses sujeitos, como a luta contra remoções de moradias devido a obras da Copa do Mundo (Rita/CE, Santiago/CE), a busca por justiça pela morte do pedreiro Amarildo (Carolina de Jesus/RJ), o direito à cidade (Irma/MG) e o “apoio aos brasileiros” (Hugo de León/RS). Outras motivações estiveram ligadas a estratégias organizativas (quatro participantes): expansão do movimento (André Martins/SP), construção de uma organização para a defesa de direitos (Zumbi dos Palmares/RJ), formação de um grupo de advogadas e advogados para proteger manifestantes (Patrícia/RJ) e cobertura midiática dos atos (Juliana/SP). Por fim, duas pessoas apontaram como motivação uma emoção ou sentimento: o “despertar do interesse político” (Rosa/SP) e “o encontro entre velhos e novos movimentos” (Marta/RJ).

Na questão “Como foi sua forma de participação nas Jornadas?”, também emergem elementos que permitem analisar as motivações para participar das manifestações. Entre as 17 pessoas militantes, quase todas com múltiplos engajamentos, predominam as juventudes partidárias e os partidos políticos, conforme a Tabela 1. Entre os partidos, destaca-se o PSOL (com 7 menções), seguido de PSTU e PT; entre as juventudes partidárias, a UJS (3 menções), seguida de Juntos!, LPJ (ligada ao partido Consulta Popular) e UJR (juventude do Partido Comunista Revolucionário).

Em seguida, destaca-se a atuação no movimento estudantil e em entidades representativas de estudantes (7). Nos relatos das pessoas militantes, evidencia-se a importância de aprofundar, ou mesmo iniciar, a participação nas mobilizações promovidas pelas organizações às quais estavam vinculadas. Militantes do movimento estudantil consideraram natural a atuação em manifestações com ampla presença de jovens, ainda que, em alguns casos, como o de militantes do Campo Popular das esquerdas (orientado pelo PT), tenha-se desenvolvido uma visão mais desencantada (Jorge/PA) ou fortemente crítica (Hugo de León/RS) em relação às Jornadas.

Por fim, surge uma questão fundamental: até que ponto participantes que pareciam realizar tão somente uma tarefa militante configuraram suas experiências como subjetivação política?

A política como dissenso ou desentendimento e os processos de subjetivação política parecem mais afeitos, a princípio, àqueles(as) que atuaram como ativistas de coletivos e organizações autonomistas e de movimentos territoriais. A condição de apoiadora e apoiador também pode implicar uma posição mais distanciada, semelhante à de militantes. Entretanto, talvez a condição juvenil e estudantil tenha sido mais importante do que a forma de participação para os impactos pessoais da subjetivação política.

Efetivamente, em relação às questões até aqui analisadas, os maiores impactos se observam nos casos que combinam condição juvenil e/ou estudantil com a forma ativista (em especial, autonomista) de participação nas Jornadas. Os casos de André Martins/SP – criador do Pula Catraca em Americana – e de Carlos/GO – importante ativista da Frente de Lutas pelo Transporte em Goiânia – parecem típicos, inclusive quando revelam de modo mais patente os impactos negativos deste processo de subjetivação política: na forma da perseguição policial e

judicial que se abateu contra eles e outras pessoas depois das Jornadas. Trataremos desse assunto mais adiante.

A participação nas Jornadas de 2013 trouxeram significados positivos e negativos para esses sujeitos, como se nota nas respostas às questões “O que significou para você então, em 2013, essa participação? Esse significado mudou com o tempo para você?”. As respostas trazem elementos importantes para a análise desses significados¹. Grande parte das pessoas entrevistadas (30) avaliaram positivamente suas participações e somente 2 pessoas avaliaram 2013 apenas negativamente (Amiel/CE e Hugo de León/RS), enquanto 5 consideraram as Jornadas em parte positivas, em parte negativas (Marta/RJ, Carlos/GO, Emílio/SP, Jota/GO e Santiago/CE). No caso de Amiel/CE, atuante em Fortaleza a partir do movimento estudantil, dando continuidade à sua atuação no movimento “Ocupe o Cocó”, veio por considerar que 2013 “abriu a caixa de Pandora”, dando vazão “a todo tipo de maluquice” – pensando principalmente na ascensão da extrema-direita no Brasil e em outros retrocessos da democracia institucional nos anos seguintes. Nisso, Amiel/CE é acompanhado por boa parte das pessoas que levantaram aspectos negativos em sua avaliação de 2013, mesmo quando acompanhada de signos positivos. Isto também ocorre em parte das pessoas que alteraram a sua interpretação das Jornadas ao longo do tempo, como se verá.

A falta de direção política é mencionada por duas pessoas. Outros significados negativos merecem menção, pois aparecerão em outros momentos: a forte repressão policial (Jota, GO) e, pela falta de cuidado com a segurança, a criminalização da Frente de Lutas em 2014 (Carlos, GO).

Dezesseis respostas atribuem significados pessoais às Jornadas – entre as quais, 12 delas deixam explícito o vínculo com a experiência política. Para Emanuel/MG, 2013 trata-se de um “marco geracional profundo que ainda vai se desdobrar em outros sentidos ao longo da nossa trajetória política”. Enquanto, para Pedro/MG, a tão esperada “insurreição” popular enfim acontecia, foi certificada a convicção da importância da auto-organização e da autogestão para Antônio/GO e foi reaccesa “a expectativa de uma revolução” para Karine/RS. Mais frequentes foram as respostas que aludiram a um momento de profunda formação política, na forma de “construção política” (Luan/MG), “amadurecimento” (Wanda/PA) ou “experiência militante”

¹ Adotamos aqui a definição de significado de González Rey (2010), para quem os significados fazem parte de uma zona mais estável e duradoura dos sentidos; sentidos são orientações simbólico-emocionais construídas pelas pessoas por intermédio de relações sociais e mediações culturais.

(Jorge/PA), na oportunidade de conhecer lideranças políticas como Marielle Franco (“um ponto de virada na minha vida pessoal, política também [...]”, Samantha/RJ) e na metáfora do “despertar” (Luís Gama/RJ e Dandara/SP). Se Irma/MG ficou convencida da necessidade de se “organizar politicamente”, Márcia/RS criou uma visão mais crítica em relação às organizações políticas tradicionais.

Duas das quatro respostas que aludem a aspectos mais propriamente pessoais têm uma dimensão existencial impactante: para André Martins/SP, 2013 foi uma espécie de “morte” e “renascimento”, que “mudou completamente a minha vida”; segundo Juliana/SP, ela viveu uma “virada pessoal” em um momento que lhe ofereceu “um mundo de possibilidades”. Para Artemis/RS, então uma estudante do Ensino Médio e independente, 2013 “inflamou” os seus sentimentos e a levou a se “posicionar como cidadã”, enquanto Patrícia/RJ, adulta e advogada apoiadora, viveu as manifestações como “momentos de felicidade”. Pedro/MG faz confluír em sua resposta as dimensões existencial e política destes significados pessoais: “É muito *piegas*, mas eu acho que foi o período mais feliz da minha vida. Por causa disso, assim, dessa sensação de esperar muitos anos uma insurreição aparecer, e ela apareceu” (Pedro/MG).

Não aconteceu o que era esperado, ou seja, um largo predomínio de autonomistas e independentes nesta categoria de respostas mais pessoais, dada a importância para o repertório autonomista (que também tem orientado a atuação de independentes) da vinculação pessoal às causas e a consideração às individualidades pela organização (Pleyers, 2024). Entre as 16 pessoas que trouxeram esse tipo de respostas, 4 eram autonomistas e 4 independentes. Ou seja, os significados para a vida individual da experiência das Jornadas também aparecem de forma marcante nas respostas de militantes (7 pessoas) e, até mesmo, em uma adulta apoiadora. Conclui-se que o fator decisivo foi a condição juvenil. Mannheim (1982) pontua que a juventude é o momento decisivo para a formação da consciência social. No caso das Jornadas, a condição juvenil, atrelada à estudantil, foi mais marcante que a forma de participação na atribuição de significados às Jornadas, visto que entre as 16 pessoas aqui mencionadas, 14 eram jovens.

Por outro lado, a maioria das respostas, 18, atribuíram mais diretamente significados sociais, coletivos e históricos às Jornadas. Entre elas, de um lado, as que valorizam a importância política da organização para a luta (8) e, de outro, as que saúdam a mobilização popular em si mesma (6), enquanto três respostas aludem ao sentido histórico das Jornadas e apenas uma recorda da conquista da pauta mais imediata, a revogação do aumento das tarifas do transporte público (Carlos/GO).

O predomínio, nesta categoria, de respostas que valorizam a organização política e a mobilização popular para a luta se deve ao importante número de militantes de juventudes partidárias, partidos e entidades estudantis entre participantes da pesquisa. Militantes foram quem mais destacaram estes elementos organizativos. Por vezes, a pessoa militante parece dissolver sua subjetividade na organização, quando o significado atribuído é o da “afirmação ideológica” do instrumento de luta classicamente defendido por seu partido; no caso, a mobilização popular (André Martins/RS). Outras vezes, o significado parece mais pessoal, como em Honestino (GO), que afirma que “era o sonho de qualquer militante ver o povo tomando as ruas”. Mais caracteristicamente, busca-se uma avaliação objetiva ou impessoal, quando 2013 revelou a possibilidade de mobilizar as pessoas “para fazer as coisas” (Joana/MG).

Como exaltação da mobilização popular como algo positivo em si mesmo, as respostas valorizam a “massa de pessoas nas ruas” (Chiquinha Gonzaga/RS) e o seu “ímpeto de enfrentamento” (Marta/RJ), que, conforme Luís/SP, permitem às próprias pessoas que experimentaram as Jornadas se convencer de que “é possível mobilizar para fazer as transformações” – deslocando o papel mobilizador, como autonomista convicto, das organizações para as próprias pessoas.

Quanto às respostas que destacam o alcance histórico das Jornadas, para Emílio/SP, citando Paulo Arantes (2014), 2013 significou a “abertura do horizonte político”, o que promoveu a “mudança de rumos” na história política do país (Tales/CE). Recordar-se que este ciclo de protestos estava congregado a um ciclo de maior alcance, os movimentos dos anos 2010, iniciados com a Primavera Árabe (Zumbi dos Palmares/RJ).

O tratamento dos dados a respeito da alteração de significados das Jornadas ao longo do tempo indicou que, das 37 pessoas entrevistadas, 15 afirmaram ter havido alterações, 11 que não houve e 11 não responderam ou sua resposta não deixa óbvio se houve alteração.

Em relação às alterações, seis trazem uma avaliação mais negativa das Jornadas, relacionada à ascensão da extrema-direita nos anos seguintes: elas partem da posição extremada de Hugo de León/RS, que vê nelas parte de uma espécie de complô internacional, passando por Karine/RS, que descreve a entrada de pautas contraditórias ao longo das grandes manifestações, e chega até Emílio/SP, que explica que não era possível durante junho ter a dimensão do que poderia decorrer dali nos anos seguintes. Por outro lado, quatro respostas reforçam a positividade das Jornadas, destacando-se o relato de Marta/RJ: “Mudou de significado. Ali foi

um significado de forma superficial, por um tempo, como se as dinâmicas de 2013 tivessem causado a crise política depois. E eu não acredito nisso, porque não é linear”. Três relatos criticam a atuação das organizações, dois deles de ativistas autonomistas, seja por não se ter aproveitado as oportunidades abertas durante as manifestações (Luís/SP), seja porque os movimentos deveriam ter continuado a “ocupar as ruas” (Pedro/MG). Dois relatos, enfim, apesar de apontarem alguns aspectos negativos que tornam mais complexos os significados das Jornadas, não alteraram radicalmente suas visões sobre 2013.

Portanto, as motivações e os significados atribuídos às Jornadas permitem considerar esse ciclo de protestos um momento da política como desentendimento. No primeiro momento, observam-se os desencontros entre as instituições políticas, instituído por Rancière (1996) como “polícia” e os movimentos sociais que, desde a fase latente das Jornadas (como o MPL e o CPC), já apontavam contradições e limites no aparente consenso nacional em torno do pacto de classes estabelecido pelo lulismo (Singer, 2018). O desencadeamento das manifestações leva as forças policiais a recorrerem a mecanismos tradicionais de controle, como repressão, negociação e cooptação. A própria indignação provocada pelo uso excessivo da força contribui para o crescimento do movimento e a ampliação de seu apoio junto à opinião pública, surpreendendo e desorientando as diversas instâncias políticas e seus representantes.

Os protestos assumiram um caráter multitudinário na segunda metade de junho (Cava & Coco, 2014), aproximando-se mais da definição de “revoltas da multidão”, proposta por Michael Hardt e Antonio Negri (2005). Para ativistas e militantes que entrevistamos – especialmente com vínculo a repertórios socialistas –, essa ampliação das pautas e a chegada de grupos sociais com motivações e ideologias diversas e, por vezes, contraditórias, geraram sentimentos de estranhamento. As ruas se tornam um espaço marcado por uma espécie de cacofonia política que deixou parte das pessoas entrevistadas em estado de perplexidade, revelando que, embora a noção de desentendimento ajude a captar aspectos centrais das Jornadas, ela ainda é insuficiente para apreender sua complexidade.

O relato de Rita/CE descreve o estranhamento mútuo, durante os protestos da segunda metade de junho, entre integrantes de um movimento territorial (composto majoritariamente de pessoas periféricas e negras) e a multidão engrossada por setores das classes médias, marcada por um discurso nacionalista e pautas anticorrupção. Os segundos não compreendiam a presença do movimento que protestava contra as remoções causadas pelas obras da Copa. Por

sua vez, apesar de seu envolvimento desde a fase latente das Jornadas, Rita/CE não se reconhece como parte efetiva de “Junho”, justamente por esse episódio de desencontro.

Por outro lado, a política como desentendimento também se manifesta na contestação aos supostos consensos internos dos movimentos sociais e, sobretudo, dos partidos de orientação socialista – muitos dos quais exerciam influência sobre entidades estudantis. Como visto, a maioria das pessoas entrevistadas militava em partidos ou entidades desse perfil. Esse tensionamento das formas tradicionais de contestação, inicialmente, ofereceu maior margem de atuação para ativistas autonomistas, que se sentiram mais à vontade diante do fervor das Jornadas, as quais desafiaram tanto a “polícia” das instituições quanto o consenso forjado em torno do lulismo – sustentado por partidos socialistas do Campo Popular (PT, PCdoB e Consulta Popular) e, em certa medida, também por partidos socialistas críticos a esse campo (como PSOL, PSTU e PCR). No entanto, esses mesmos sujeitos autonomistas relatam dificuldades em dar continuidade ao ativismo nos anos seguintes, apesar de algumas campanhas bem-sucedidas, ao menos até as ocupações estudantis de 2015 e 2016. O fechamento de oportunidades políticas e, em certos casos, a perseguição judicial geraram um sentimento de luto em seus relatos: mesmo entre aqueles que avaliam 2013 de forma positiva, há o lamento pelas oportunidades perdidas em virtude da descontinuidade da mobilização coletiva.

Dificuldades e repressão policial

A pergunta “Quais foram as principais dificuldades que você e o coletivo ou a organização em que atuou enfrentaram durante as Jornadas?” revelou uma série de obstáculos enfrentados. A repressão policial, já mencionada no item anterior, foi a mais citada nas entrevistas, com 14 menções, estando presente nos relatos de todos os estados onde as entrevistas foram realizadas (no caso do Pará, essa menção aparece apenas na questão específica sobre o tema). A violência policial foi referida por participantes de todas as formas de engajamento.

Essa repressão instaurou um clima de medo, sobretudo durante os protestos, mas também em decorrência das atividades de organização do movimento. Relatos destacam dificuldades como prestar apoio a manifestantes detidas e detidos que a polícia deteve (Patrícia/RJ), episódios de “perseguição” (Karine/RS) e “vigilância” (Tales/CE), além da “criminalização” das organizações após o ciclo de protestos (Chiquinha Gonzaga/RS). Para

Carolina de Jesus/RJ, a violência policial nas comunidades cariocas constituiu a principal pauta de mobilização em 2013: “compreender meu corpo como um corpo terminável nas Jornadas de 2013”.

Em seguida à repressão policial, destacam-se as dificuldades organizacionais (10). Podem, ao lado da dificuldade de acesso aos protestos (2 respostas) e da exaustão (2), compor uma única categoria de dificuldades relacionadas à dinâmica interna das mobilizações. Chiquinha Gonzaga/RJ, autonomista, aponta que a inexperience do movimento, ao não considerar os riscos de criminalização, também esteve relacionada à repressão. Algo semelhante aparece no relato de Carlos/GO, ainda que em outro momento de sua entrevista, quando narra que o fato de as assembleias decisórias e organizacionais serem abertas permitiu a presença de muitas pessoas infiltradas de forças de segurança, que colheram informações para instaurar processos judiciais contra lideranças autonomistas em 2014, incluindo Carlos, impedindo um novo ciclo de protestos em Goiânia contra o aumento das tarifas.

Mais frequentes entre as dificuldades organizacionais são as disputas entre os diferentes coletivos e organizações: ela aparece em três militantes (Lucimar/RJ, Amiel/CE e Karen/RJ, que fala de “divisão interna e sectarismo”) e em um autonomista (Antônio/GO). Duas pessoas citam as dificuldades financeiras, tanto para manter o movimento estudantil (Honestino/GO), quanto o midiativismo (Samantha/RJ). André Martins/SP relata a dificuldade de comunicação com autoridades, de um lado, e, de outro, a dificuldade de controlar as próprias manifestações que o Pula Catraca convocava. Em sentido semelhante, Rosa/SP cita a dificuldade de controlar o “vandalismo”. Finalmente, Marcos/MG apresenta sua desilusão com o movimento, por ter sido incapaz de “dar continuidade às pautas para além dos atos de rua”.

Nos dois relatos sobre a dificuldade de acesso às manifestações, algo que guarda grande parentesco com as pautas da mobilidade urbana que estão nas origens das Jornadas, assim como os temas do passe livre e do direito à cidade, Rita/CE descreve o longo trajeto que era preciso percorrer a pé da periferia até o centro da cidade para participar dos atos, dado que a principal via de acesso era fechada pela polícia. Artemis/RS destaca o impacto econômico: para estudantes pobres da periferia, participar das manifestações significava arcar com o custo de duas passagens extras de ônibus. Os relatos de exaustão vieram de membros do núcleo dirigente do MPL-SP: Luís/SP afirma que sua maior dificuldade foi “ficar sem dormir, ficar sem comer”, enquanto Emílio/SP relata que “a gente estava tomada por esse turbilhão, ... virando a noite em reuniões ou nas delegacias”. A intensa atuação do MPL-SP na organização de atos quase diários

até a revogação do aumento das tarifas explica essa sobrecarga. Luís/SP associa essa exaustão à decisão do grupo de se afastar das grandes manifestações multitudinárias após 20 de junho.

Para essa decisão, entretanto, talvez tenha contado muito mais o fato de que militantes com bandeiras e camisetas de partidos socialistas, incluindo quem atuou nas manifestações convocadas pelo MPL-SP desde o seu início, foram atacadas e atacados por parte da multidão, incitada por grupos de extrema-direita que passaram a participar dos protestos a partir daí. Paradoxalmente, o MPL-SP, que pregava a intenção de “perder o controle” dos protestos, efetivamente o perde desde então, mas não no sentido talvez desejado (como uma insurreição popular). O que se assistiu, nesta segunda metade de junho, e não apenas na capital paulista, foi a vinda para a rua de grupos sociais, movimentos políticos e pautas mais diversas e, até mesmo, contraditórias entre si.

Relacionada a essa viragem nos protestos está a terceira categoria mais mencionada, o antipartidarismo (6), citada por militantes de juventudes partidárias, partidos e entidades estudantis de orientação socialista – notadamente, as três pessoas entrevistadas do Pará, duas de Minas Gerais e uma do Ceará. Esses grupos relataram contestações à sua presença em assembleias e manifestações, chegando a ser atacados, como em São Paulo, no dia 20 de junho, com tentativas de arrancar suas bandeiras ou forçar que fossem baixadas.

Segundo alguns relatos, como o de Honestino/GO, o antipartidarismo teria se originado do apartidarismo de coletivos autonomistas, como o MPL-SP e a Frente de Lutas de Goiânia, que buscavam abrir espaço para a participação de todas as pessoas, organizadas ou não, por meio de consensos. Analisamos, entretanto, que esse apartidarismo era crítico às correntes socialistas que se colocavam como “vanguarda” e, por meio do Campo Popular, estavam vinculadas ao sistema político-institucional; em determinado momento, sob a influência da mídia comercial, o apartidarismo teria se deslocado para um antipartidarismo, com forte viés anti-PT, articulado ao discurso nacionalista e anticorrupção abraçado por setores da classe média.

Parte relevante de quem entrevistamos, inclusive de militantes, não consideram que esse deslocamento, assim como o teor nacionalista que parte das manifestações massivas adquiriu, seja suficiente para descrever o que teria sido algo como a “essência” ou verdade última das Jornadas. Quatro pessoas indicaram que a maior dificuldade foi justamente compreender a complexidade daquele momento, especialmente enquanto estavam no “olho do furacão”

(Honestino/GO). A ideia de perda de controle aparece novamente: “Entender essa contradição de que o processo estava fora do controle de uma maneira geral” (Emanoel/MG); “O processo era mais amplo, ele estava fora de nosso controle” (André Martins/SP). Marta/RJ refere-se à dificuldade de “compreender toda a dinâmica”, sentimento que, nela, se expressou como angústia pela incapacidade de o movimento se apresentar como alternativa política concreta.

Na categoria “Outros” aparecem diversos tipos de dificuldade. Primeiro, a pessoal: a oposição da família (Juliana/SP), a dificuldade de atuar nas Jornadas devido à gravidez (Marta/RJ) e o fato de estar fora do Brasil, não podendo atuar nas grandes manifestações em seu país (Teresa/GO). Segundo, dificuldades que guardam relação com as organizacionais, em especial as duas primeiras: falta de registro dos atos, como fotografias (Irma/MG); o não entendimento da dinâmica das redes sociais da internet (André Rebouças/RJ); e a discriminação da categoria agente de saúde ambiental, denominada pejorativamente de “garis” (Zumbi dos Palmares/RJ).

Das 37 pessoas entrevistadas, apenas duas – Irma/MG e Teresa/GO – relataram não terem sofrido nem mesmo visto repressão policial. Irma/MG, porque o pequeno município do interior mineiro teve as manifestações contra as tarifas do transporte público apoiadas pela própria polícia militar, cujas viaturas ajudavam a organizar os atos. Teresa/GO porque participou de atos de brasileiros na Austrália, pequenas e sem conflitos. Entretanto, as demais 35 entrevistas relatam vivências ou testemunhos de repressão policial. A maioria dos relatos se refere à atuação das tropas de choque da Polícia Militar, da Guarda Municipal (em Belém/PA) e da Guarda Nacional (em Belo Horizonte/MG) na repressão às manifestações.

Dois casos de morte foram relatados durante os atos: dois jovens caíram de viadutos em Belo Horizonte durante ações repressivas e, em Belém, uma gari morreu por inalação de gás lacrimogêneo.

No Rio, a violência nas favelas motivou protestos intensificados após a morte de Amarildo, pedreiro desaparecido em julho de 2013, após abordagem policial na Rocinha. Uma das depoentes no Rio, Carolina Maria de Jesus, participava de um movimento destas comunidades. Assim como ela, pessoas entrevistadas da raça negra testemunham que a violência se abateu de forma especial contra pessoas negras.

O relato da Carolina Maria de Jesus também demonstra que outras táticas de repressão começaram a ser usadas, como detenções, policiais infiltrados, telefones grampeados e processos judiciais.

Por outro lado, alguns relatos destacam que, durante as manifestações, parte das e dos manifestantes assumiu atitude de confronto com a polícia. Hugo de León/RS e Márcia/RS, de Caxias do Sul, demonstraram incômodo e até mesmo estranhamento com essa postura de enfrentamento. Há relatos de autonomistas, como Antônio/GO e Pedro/MG, que compreendem esta postura de enfrentamento, especialmente de jovens das periferias, por vezes sob a alcunha de *punks* e *black blocs*. Ao lado dos autonomistas Luan (MG) e Luís/SP, o militante Amiel (CE) destaca a atitude popular combativa contra a repressão policial como uma das marcas das Jornadas.

Se, por um lado, as Jornadas revelaram a potência de mobilização de massas; por outro, foram marcadas por intensa repressão, seguida, em alguns casos, de criminalização judicial. Essas experiências reverberaram em outros ciclos de protesto, como nas ocupações escolares de 2015 e 2016, em que jovens também relataram repressão e perseguição como marcas constitutivas de suas trajetórias políticas – muitas vezes acompanhadas de traumas e memórias negativas.

As Jornadas, contudo, têm como diferencial a complexidade paradoxal das manifestações multitudinárias da segunda metade de “Junho” e a ambiguidade de seus legados, especialmente por causa da força que ganhou a versão do Campo Popular, a qual afirma que 2013 foi o “ovo da serpente”, responsável pelo *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 e pela vitória da extrema-direita nas eleições presidenciais de 2018. Analisar como ativistas e militantes que participaram das entrevistas avaliam 2013 se torna importante, ou seja, verificar se elas e eles consideraram que as Jornadas foram vitoriosas ou não.

O êxito das Jornadas

As percepções das pessoas entrevistadas a respeito das Jornadas de 2013 revelam distintas formas de avaliar os efeitos e desdobramentos desse ciclo de protestos. Longe de uma interpretação unívoca, os sentidos atribuídos à experiência variam conforme os repertórios políticos, os contextos locais e as trajetórias pessoais dos sujeitos envolvidos.

A seguir, apresentamos dados que evidenciam percepções de êxito, considerando tanto conquistas políticas quanto transformações subjetivas e nas trajetórias de vida. Para 23 participantes, as Jornadas foram consideradas vitoriosas, o que reforça uma percepção majoritariamente positiva sobre esse ciclo de protestos – já indicada na análise das palavras-chave (Figura 1). Outras 10 pessoas avaliaram que as Jornadas não foram vitoriosas, enquanto 4 afirmaram que foram vitoriosas em parte. Esses dados corroboram as interpretações anteriormente discutidas. No entanto, o fato de um movimento não ser percebido como vitorioso por quem dele participou não implica, necessariamente, ausência de impacto. Para algumas pessoas, é justamente o impacto subjetivo e político que confere sentido de vitória à experiência vivida no movimento.

Entre as 23 pessoas que consideraram as Jornadas vitoriosas, 10 se identificam como autonomistas, 9 como militantes socialistas, 2 como apoiadoras, 1 como independente e 1 como ativista de movimento territorial. Dentre as 10 pessoas adultas entrevistadas, 6 avaliaram 2013 como exitoso; entre os 27 jovens, 17 compartilharam essa percepção.

Já entre as 10 pessoas que avaliaram as Jornadas como não vitoriosas, predominam militantes (7), seguidos de 1 autonomista, 1 independente e 1 ativista de movimento territorial; nesse grupo, 3 eram pessoas adultas e 7 jovens. Entre as 4 entrevistadas que consideraram as Jornadas como parcialmente vitoriosas, há 3 independentes e 1 militante; 3 são jovens e 1 adulta.

A princípio, a forma de participação nas Jornadas parece pesar mais na avaliação positiva do evento: apenas uma autonomista (Chiquinha Gonzaga/RS) considerou que as Jornadas não foram vitoriosas, enquanto outras 10 expressaram avaliação positiva. Ainda assim, houve mais militantes socialistas que as consideraram exitosas (9) do que derrotadas (7). Proporcionalmente, a avaliação entre jovens (17 de 27) e pessoas adultas (6 de 10) apresenta equilíbrio.

Do ponto de vista geográfico, todas as pessoas entrevistadas no Ceará (4) consideraram que as Jornadas não foram vitoriosas. Entre as cinco entrevistadas no Rio Grande do Sul, três também não as consideraram vitoriosas e duas afirmaram que foram apenas parcialmente exitosas. Entre quatro participantes independentes, três avaliaram as Jornadas como parcialmente vitoriosas.

No caso das pessoas que adotaram essa posição ambígua – predominantemente independentes, além de uma militante – os argumentos oscilam entre a valorização de certos avanços e a crítica aos desdobramentos posteriores. No polo positivo, destacam-se o

fortalecimento da organização política, a entrada de novas atrizes e novos atores no cenário político, o estímulo à formação política e a ocupação das ruas pela população. No polo negativo, apontaram como consequência das Jornadas uma reação conservadora que culminou no *impeachment* de Dilma Rousseff e na ascensão de uma agenda política regressiva. Essa ambivalência sintetiza, em certa medida, a ambiguidade presente no conjunto das respostas sobre o legado de 2013.

Entre aquelas e aqueles que avaliaram as Jornadas como vitoriosas, os argumentos podem ser agrupados em dois grandes blocos. De um lado, estão os que compreendem como vitória a ocupação massiva das ruas, especialmente por juventudes periféricas, que trouxeram suas pautas à cena pública e desafiaram estruturas de poder. Nessa perspectiva, enfatiza-se a formação de uma consciência política e o fortalecimento dos processos de politização da sociedade.

Por sua vez, entre autonomistas, a avaliação positiva está associada, primeiro, à conquista da redução das tarifas do transporte público. Além disso, destacam-se a repercussão do movimento nas mídias e a capacidade de colocar em pauta o tema da mobilidade urbana, contribuindo para avanços significativos nas políticas de transporte público.

Entre as 10 pessoas que consideraram que as Jornadas não foram vitoriosas, os argumentos concentraram-se, sobretudo, na crítica à intensa violência política que marcou o período e na percepção de que não houve avanços significativos nas políticas sociais. Em muitos casos, a avaliação negativa está relacionada aos desdobramentos posteriores ao ciclo, como o fortalecimento da extrema-direita e a ausência de uma organização política duradoura por parte dos setores que estiveram nas ruas.

As justificativas trazidas retomam, em parte, os significados atribuídos às Jornadas: de um lado, a capacidade de mobilização popular, a formação política e a articulação de pautas significativas; de outro, a repressão policial, as dificuldades em manter a mobilização, o avanço da direita e os retrocessos na política institucional nos anos seguintes.

Considerações finais

As categorias de análise derivadas da noção de subjetivação política que mais se destacaram neste estudo foram: a política como desentendimento, seguida de desidentificação e, em menor grau, instrumentos de garantia da igualdade. Por outro lado, a pesquisa também evidenciou limites significativos aos processos de subjetivação nas Jornadas de 2013.

A política como desentendimento, ao desafiar os limites do espaço social mantidos pelos poderes da “polícia”, já se evidenciava na interpretação das palavras-chave, muitas das quais associavam as Jornadas a ideias como ruptura, resistência e revolta. Os significados atribuídos pelas pessoas entrevistadas ao ciclo de protestos reforçam esse elemento, especialmente pelo fato de que 30 delas avaliaram positivamente as Jornadas, enquanto apenas duas as avaliaram negativamente. Aqueles que atribuem sentido positivo exaltam a “insurreição popular” (Pedro/MG), vislumbram “uma revolução” (Karine/RS), e celebram a “massa de pessoas nas ruas” (Chiquinha Gonzaga/RS) e seu “ímpeto de enfrentamento” (Marta/RJ).

Tais significados revelam uma série de desencontros entre as instituições políticas (“polícia”) e os movimentos sociais – e, até mesmo, entre os próprios movimentos, particularmente no que se refere à atuação e ao posicionamento dos partidos socialistas. Não por acaso, o repertório autonomista teve protagonismo nas manifestações iniciais, sendo recorrente, nas entrevistas, autonomistas e independentes se demonstrando mais à vontade em suas narrativas das Jornadas.

O êxito das Jornadas foi afirmado por 23 pessoas, além de 4 que as consideraram vitoriosas apenas em parte. As justificativas evocam a ruptura e a resistência, especialmente por parte de jovens das periferias que desafiaram os poderes estabelecidos e reagiram à violência policial.

A categoria da desidentificação aparece sob diferentes formas, especialmente nas 16 pessoas que atribuíram significados pessoais às Jornadas. Doze delas vincularam a experiência vivida a transformações políticas – como “amadurecimento” (Wanda/PA) e “despertar” (Luís Gama/RJ e Dandara/SP) – e 4 destacaram a dimensão existencial da vivência, referindo-se ao evento como um “renascimento” (André Martins/SP) ou uma “virada pessoal” (Juliana/SP), ou ainda associando as Jornadas à felicidade (Patrícia/RJ e Pedro/MG).

Quanto aos instrumentos de garantia da igualdade de fala e ação, eles aparecem pontualmente nas questões analisadas, sobretudo no reconhecimento e acolhimento de pautas progressistas – principal motivação de seis pessoas entrevistadas. A democracia participativa, vivida nas assembleias decisórias, é apontada como força das organizações autonomistas, como a Frente de Lutas em Goiânia (Carlos/GO). Destaca-se também o relato de Wanda/PA, que mencionou o esforço de sua juventude partidária para lidar com as exigências do consenso nas manifestações: “Houve um amadurecimento geracional, foi uma experiência importante para combater o sectarismo, porque não havia espaço para o sectário nas Jornadas”.

Como esperado, os processos de subjetivação política se mostram mais evidentes entre jovens e ativistas autonomistas: significados positivos foram atribuídos com mais frequência por jovens do que por pessoas adultas e, considerando o conjunto das respostas (palavra-chave, significado e êxito), predominaram entre ativistas, especialmente autonomistas. Conclui-se que as Jornadas representaram um processo de subjetivação política especialmente marcante para jovens com envolvimento com coletivos e mobilizações de perfil autonomista.

Entretanto, também se evidenciaram limites nesses processos, que afetaram inclusive jovens e autonomistas. Apenas 17 das 37 pessoas entrevistadas apresentaram todos os indicadores de subjetivação (palavra-chave, significado e sentimento de êxito), o que reforça a importância de analisar as principais dificuldades enfrentadas. As principais dificuldades se referem às respostas da “polícia” à política como desentendimento, em especial a própria repressão das forças de segurança aos atos. Como também observado nas ocupações secundaristas, a repressão deixou marcas profundas nas memórias dos participantes das Jornadas, compondo, paradoxalmente, parte de sua subjetivação política. (Groppa, Sallas & Sofiati, 2022). A vivência de situações-limite e o sentimento de indignação foram centrais para a compreensão mais profunda do funcionamento das instituições e da violência estatal. Contudo, quando acompanhadas de perseguição e judicialização, essas experiências se converteram em traumas que, para uma parcela das pessoas entrevistadas, atuaram mais como entraves do que como recursos para as suas trajetórias políticas.

Fatores organizacionais também figuram entre os desafios enfrentados. Relatos de militantes socialistas apontam, primeiro, o estranhamento diante da radicalidade dos primeiros atos, quando jovens das periferias enfrentavam a polícia – ao passo que suas juventudes partidárias adotavam táticas de recuo para proteger os(as) manifestantes. Segundo, houve incômodo com a multiplicidade de vozes e pautas nas manifestações multitudinárias,

interpretada por vezes como cacofonia. Wanda/PA buscou dialogar com essa diversidade, mas outras pessoas apontaram que a tendência apartidária evoluiu para um antipartidarismo radical, que exigia o rebaixamento de bandeiras partidárias e estudantis – o que muitos viram como prenúncio da ascensão da extrema-direita.

De fato, teve grande importância entre os limites das Jornadas as avaliações negativas que apontaram a ascensão da extrema-direita e outros desvarios da política institucional nos anos seguintes. Não é necessário que a tese do “ovo da serpente” seja adotada. Seis pessoas alteraram os sentidos das Jornadas, outrora apenas positivos, por causa destes retrocessos: para elas, as Jornadas abriram algo como uma “caixa de Pandora”, efeito não esperado nem desejado, por aqueles movimentos que iniciaram o ciclo de protesto em torno da pauta da redução das tarifas ou na denúncia dos impactos das obras para os megaeventos esportivos.

As Jornadas contiveram importantes processos de subjetivação política – não um, mas vários, já que elas foram um ciclo de protestos que abrigou heterogêneos movimentos sociais, a despeito de suas origens fortemente orientadas por organizações autonomistas. Nossa pesquisa contemplou autonomistas que se engajaram em primeira hora e de forma profunda neste ciclo de protestos, mesmo quando, como Luís/SP) e Emílio/SP, do MPL-SP, se retiraram das manifestações no momento em que elas se tornaram multitudinárias. Entretanto, a maioria de quem entrevistamos foram militantes sob a influência do repertório socialista, nem sempre engajados na primeira hora dos protestos, com diferentes graus de estranhamento e incômodo com as táticas adotadas e os rumos das grandes manifestações em junho. Esses dois caminhos de subjetivação política foram os que mais puderam ser aqui delineados: em ambos, cruzam suas rotas a repressão das forças policiais e atravancam os horizontes o desalinho da democracia representativa nos anos seguintes.

Os resultados apresentados neste artigo dão abertura para novas análises, que a pesquisa pretende realizar. Destaca-se a análise das trajetórias sociais de ativistas e militantes que entrevistamos, com a possibilidade de cotejar os significados que atribuíra às suas experiências em 2013, os processos pretéritos de formação política e os ulteriores, em seus itinerários políticos. As formas assumidas pela subjetivação política nas Jornadas também são transpassadas pela complexidade desse ciclo de protestos: tanto quanto sua amplitude e disseminação, a ambiguidade dos protestos deixou instituições sociais e políticas aturdidas.

Nas memórias relatadas por ativistas e militantes que entrevistamos, sob orientação de repertórios autonomista e socialista, tendem a se destacar elementos positivos daquela potência disruptiva de 2013, mas nunca se esquecendo dos tantos aspectos contraditórios e negativos. Há luto nos relatos de autonomistas, sucedendo a narrativas empolgadas dos dias do movimento. Por sua vez, militantes tendem a substituir certo tom atônito de suas narrativas, especialmente diante da ira antipartidária de parte das multidões, pela descrição da continuidade de suas trajetórias políticas, ingressando em diversos casos, inclusive na política institucional.

Referências

- Arantes, P. (2014). *O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência*. (Cap. 1, pp. 353-460). Boitempo.
- Cava, B., & Cocco, G. (2014). *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. Annablume.
- Dowbor, M., & Szwako, J. (2013, novembro). Respeitável público...: performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Novos Estudos CEBRAP*, 97, 43-55. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300004>
- Gerbaudo, P. (2017). *The mask and the flag. Populism, citizenism and global protest*. Oxford University Press.
- Grosso, L. A., Oliveira, A. R. G., Oliveira, F. M., Monteiro, G. G., Abraão, G., Silveira, I. B., Trevisan, J. R. F., Borges, L. F. & Pereira, M. R. (2020). *Coletivos juvenis na universidade e práticas formativas: política, educação, cultura e religião*. Pedro & João Editores.
- Grosso, L. A., Sallas, A. L. F. & Sofiati F. M. (orgs.). (2022). *A presença da felicidade: ocupações estudantis no Brasil em 2015 e 2016*. CRV.
- Grosso, L. A., Silva, G., Silva, J. A., Felizardo Júnior, L. C., Conceição, M. R. & Soares, V. N. (2023). Subjetivações políticas em campo: itinerários juvenis e as Jornadas de Junho de 2013. *Educação & Pesquisa*, 49, e271463. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349271463por>

- Haddad, S. (2016, 26 de junho). Novas formas de ativismo social: o que há por trás das mobilizações de rua? O Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL-SP). *Revista e-Curriculum*, 14, 572-601.
<https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/download/27500/20354/77154>
- Hardt, M., & Negri, A. (2005) *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Record.
- Manheim, K. (1982). O problema sociológico das gerações. In M. Foracchi (Org.). *Mannheim: Sociologia*. (pp. 67-95). Ática.
- Mendonça, R. F. (2017). Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 66, 130-159. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X>
- Pleyers, G. (2024). *El cambio nunca es lineal: movimientos sociales en tiempos polarizados*. CLACSO.
<https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/251093/1/El-cambio-nunca-es-lineal.pdf>
- Portugal, L. P. (2016), *Política e estética da política na obra de Jacques Rancière: duas narrativas sobre as manifestações de 2013 no Brasil*. [Dissertação de Mestrado em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro], Rio de Janeiro.
<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/27320/27320.PDF>
- Rancière, J. (1996). *O desentendimento: política e filosofia*. Editora 34.
- Rancière, J. (2010). *Nas margens do político*. KKYM.
- Reguillo, R. (2017). *Paisajes insurrectos: jóvenes, redes y revueltas en el otoño civilizatorio*. Nuevos Emprendimientos Editoriales.
- Rey, F. G. (2010). *Pesquisa qualitativa e subjetividade. Os processos de construção da informação*. Cengage Learning.
- Rosa, R. (2015). *Pedagogia dos movimentos sociais: as manifestações de 2013 como espaço de aprendizado*. [Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo]. Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos.
<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3824>
- Singer, A. (2013, novembro). Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos CEBRAP*, 97, 22-40. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>

- Singer, A. (2018). *O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. Cia das Letras.
- Tomizaki, K., Carvalho-Silva, H., & Silva, M. (2016, 19 de outubro). Socialização política e politização entre famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. *Educação & Sociedade*, 37, 935-954. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016166488>
- Trilla, J. (2008). A educação não formal. In V. A. Arantes, *Educação formal e não formal: pontos e contrapontos*. (pp. 15-58). Summus Editorial.

Notas

Dados da submissão:

Submetido à avaliação em 22 de julho de 2025; revisado em 03 de outubro de 2025; aceito para publicação em 15 de março de 2026.

Autor correspondente:

Borges, Livia Furtado – Rodovia Washington Luis, km 235, São Carlos, SP, Brasil, 13565-905.

Contribuições de autoria:

Grosso, Luis Antonio: Conceituação: Liderança, Curadoria de Dados: Liderança, Análise Formal: Liderança, Aquisição de Financiamento: Liderança, Investigação: Liderança, Metodologia: Liderança, Administração do Projeto: Liderança, Recursos: Liderança, Software: Liderança, Supervisão: Liderança, Validação: Liderança, Visualização: Liderança, Escrita – rascunho original: Liderança.

Silva, Josefa Alexandrina: Conceituação: Suporte, Curadoria de Dados: Liderança, Análise Formal: Liderança, Aquisição de Financiamento: Suporte, Investigação: Liderança, Metodologia: Liderança, Administração do Projeto: Suporte, Recursos: Suporte, Software: Suporte, Supervisão: Suporte, Visualização: Suporte, Escrita – rascunho original: Igual.

Borges, Livia Furtado: Conceituação: Suporte, Curadoria de Dados: Liderança, Análise Formal: Liderança, Aquisição de Financiamento: Suporte, Investigação: Liderança, Metodologia: Liderança, Administração do Projeto: Suporte, Recursos: Suporte, Software: Suporte, Supervisão: Suporte, Visualização: Suporte, Escrita – rascunho original: Igual.

Sigiani, Emanuely Ladeira: Conceituação: Suporte, Curadoria de Dados: Suporte, Análise Formal: Igual, Aquisição de Financiamento: Suporte, Investigação: Igual, Metodologia: Suporte, Administração do Projeto: Suporte, Recursos: Suporte, Software: Suporte, Supervisão: Suporte, Validação: Igual, Visualização: Igual, Escrita – rascunho original: Igual.

Silva, Gislene da: Curadoria de Dados: Suporte, Análise Formal: Suporte, Aquisição de Financiamento: Igual, Investigação: Suporte, Metodologia: Igual, Administração do Projeto: Suporte, Recursos: Suporte, Software: Suporte, Supervisão: Suporte, Validação: Suporte, Visualização: Igual, Escrita – rascunho original: Igual.

Silva, José Daniel Coutinho: Conceituação: Suporte, Curadoria de Dados: Suporte, Análise Formal: Igual, Aquisição de Financiamento: Suporte, Investigação: Igual, Metodologia: Suporte, Administração do Projeto: Suporte, Recursos: Suporte, Software: Suporte, Supervisão: Suporte, Validação: Igual, Visualização: Igual, Escrita – rascunho original: Igual.

Vianna, Joana Marins: Conceituação: Suporte, Curadoria de Dados: Suporte, Análise Formal: Igual, Aquisição de Financiamento: Suporte, Investigação: Igual, Metodologia: Suporte, Administração do Projeto: Suporte, Recursos: Suporte, Software: Suporte, Supervisão: Suporte, Validação: Igual, Visualização: Igual, Escrita – rascunho original: Igual.

Carvalho, Fernanda Milan de: Conceituação: Suporte, Curadoria de Dados: Suporte, Análise Formal: Igual, Aquisição de Financiamento: Suporte, Investigação: Igual,

Metodologia: Suporte, Administração do Projeto: Suporte, Recursos: Suporte, Software: Suporte, Supervisão: Suporte, Validação: Igual, Visualização: Igual, Escrita – rascunho original: Igual.

Santos, Mariana Calvi dos: Conceituação: Suporte, Curadoria de Dados: Suporte, Análise Formal: Igual, Aquisição de Financiamento: Suporte, Investigação: Igual, Metodologia: Suporte, Administração do Projeto: Suporte, Recursos: Suporte, Software: Suporte, Supervisão: Suporte, Validação: Igual, Visualização: Igual, Escrita – rascunho original: Igual.

Apoio e financiamento:

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG): APQ-00007-22

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): 302627/2021-9

Disponibilidade de dados:

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito e disponíveis para consulta na URL da pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013” em https://www.unifal-mg.edu.br/jornadas2013/?page_id=122.

Ética em pesquisa:

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da Unifal-MG (CAAE: 68746223.5.0000.5142).

Revisão textual:

Normalização bibliográfica (APA 7ª Ed.), preparação e revisão textual em português: Reinaldo Rodrigues <revisao@tikinet.com.br>

Versão em língua inglesa: Guilherme Oliveira Santos <traducao@tikinet.com.br>

Editoras responsáveis:

Editora Associada: Wivian Weller <<https://orcid.org/0000-0003-1450-2004>>

Editora Chefe: Helena Sampaio <<https://orcid.org/0000-0002-1759-4875>>